

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PERSPECTIVAS DE PESQUISAS COM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN¹

Bruna Parabá Medeiros²

Andréa Duarte de Oliveira³

RESUMO

A pesquisa aqui relatada contou com o objetivo de apresentar perspectivas de ensino e inclusão produzidas em artigos/pesquisas de diferentes segmentos profissionais que trabalham a Educação Especial na Educação Infantil, contemplando especificamente o trabalho com estudantes com Síndrome de Down. Para realização da pesquisa contamos com a metodologia que se caracterizou como revisão bibliográfica e os produtos acadêmicos consultados foram três artigos publicados em periódicos especializados disponibilizados em uma plataforma digital aberta à população em geral. A contextualização teórica ocorreu entre a leitura de intelectuais de discutem o desenvolvimento humano e o resgate histórico de leis que denominam e caracterizam a Educação Infantil e a Educação Especial como direito fundamental e obrigatoriedade do Estado e sociedade civil. Para a discussão das informações do material escolhido apontamos cinco eixos: 1. Processo de escolha dos participantes e locais das pesquisas; 2. Escolha de instrumentos para coleta de informações e dados específicos; 3. Participação das crianças nas atividades pedagógicas; 4. Planejamento de ensino e processo de aplicação de atividades; 5. Apontamentos sobre interações e participações infantis nas atividades aplicadas nos espaços escolares. Como apontamentos finais compreendemos a importância da inclusão de crianças desde a Educação Infantil estruturada através de planejamento de atividades acolhedoras e integrativas, privilegiando espaços, tempos e materiais específicos e o trabalho mediador e gerador de profissionais devidamente preparados e institucionalmente amparados.

Palavras-chave: Educação Infantil – Síndrome de Down – Educação Especial – Revisão Bibliográfica

INTRODUÇÃO

Como foco de pesquisas acadêmicas, a criança é apresentada como ser social, histórico; sendo assim sujeito de direitos. Em sua constituição, a infância apresenta características próprias que devem ser consideradas à concessão desses direitos, sobretudo à educação formal, ou institucionalizada.

Para as crianças em idade até seis anos, especialmente, é importante que os adultos que as acompanham estabeleçam experiências e interações que proporcionem o desenvolvimento integral de suas potencialidades físicas e mentais.

O atendimento dessas potencialidades, em nível de ensino institucional, é

¹ Artigo elaborado para fins de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia do Campus do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena CPAN/UFMS.

³ Orientadora – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), com orientação da professora Dra. Rosimara Silva Corrêa (CPAN/UFMS).

contemplado pela Educação Infantil. Esta é a primeira etapa da educação básica, sendo ofertada em creches para crianças de zero até três anos de idade, e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade; em instituições públicas ou privadas com espaços de convívio coletivo, trazendo como principal sujeito a criança, e como finalidade o desenvolvimento integral da mesma.

As práticas e propostas pedagógicas na Educação Infantil, devem ser ofertadas para mediar a aprendizagem e desenvolvimento no processo de revisão de concepções sobre a educação da criança, através de interações e brincadeiras em espaços lúdicos e acessíveis, sempre respeitando as particularidades, ritmos, idades e sendo regida por princípios éticos, políticos e estéticos próprios à infância.

Nesses espaços as crianças podem conviver socialmente, descobrir necessidades, habilidades, acompanhadas por profissionais na mediação entre ensinar e aprender. Essa perspectiva subsidia o trabalho que atravessa as dimensões sociais, históricas, culturais relacionadas aos diversos cotidianos, privilegiando diferentes momentos de aprendizagens.

Na Educação Infantil, a criança está em processo de construção de conhecimento, e contempla na aprendizagem o direito de aprender através do lúdico, da imaginação, das brincadeiras, interagindo através de atividades que estimulam a curiosidade; e durante esse processo, devem ser respeitadas, protegidas, acolhidas e possuírem liberdade na convivência com as demais crianças e adultos. Neste sentido, os professores precisam trabalhar atividades com perspectivas de orientação à crianças em hábitos e cuidados no processo de aprendizagem.

A importância do atendimento da Educação Infantil para o processo de cuidar e educar crianças na idade zero a seis anos é obrigatório, um direito da criança e que vem se solidificando sobre tudo, principalmente através da LDBEN de 1994, para oferecer e garantir uma educação gratuita e de qualidade, juntamente com o reconhecimento do Estado como gestor desse ensino.

Inserido nesse percurso, temos a importância da Educação Infantil como um direito para as crianças com deficiência, tendo a oferta da modalidade da Educação Especial com serviços de apoio e atendimento especializado, quando necessário, compreendendo as particularidades de cada criança matriculada na educação infantil.

Assim, apresentamos o objetivo desta pesquisa que foi apresentar perspectivas de ensino e inclusão produzidas em artigos/pesquisas de diferentes segmentos profissionais que trabalham a Educação Especial na Educação Infantil, contemplando especificamente

o trabalho com estudantes com Síndrome de Down.

A metodologia se caracterizou como revisão bibliográfica e os produtos acadêmicos consultados foram três artigos publicados em periódicos especializados disponibilizados em uma plataforma digital aberta à população em geral.

A discussão teórica transcorreu entre intelectuais de discutem o desenvolvimento humano e o resgate histórico de leis que denominam e caracterizam a Educação Infantil e a Educação Especial como direito fundamental e obrigatoriedade do Estado e sociedade civil.

DESENVOLVIMENTO

Ao discorrer sobre a infância em âmbito escolar, é de extrema relevância proporcionar experiências educativas na Educação Infantil, na formação de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, considerando as normativas Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Segundo Jean Piaget (1973), o desenvolvimento cognitivo se dá pela integração do mundo físico com o social e se desenvolve em estágios (sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operacional formal). Piaget em sua teoria acredita que existem diferentes momentos no desenvolvimento humano. Para Vygotsky (1987), desenvolvimento cognitivo e aprendizado estão interligados, pois, para nos desenvolvermos precisamos aprender, dessa forma, o teórico identifica duas zonas de desenvolvimento: desenvolvimento proximal é a distância entre o que a criança já sabe fazer sozinha e o novo conhecimento; e desenvolvimento real é o que a criança é capaz de realizar com a ajuda de alguém mais experiente.

Com base na teoria de Piaget a educação é dividida no desenvolvimento da criança em etapas para serem trabalhados e respeitados durante a sua integração a partir do ponto de vista pedagógico. (GABRIEL,2023).

Costa (2018), em seus estudos relacionados a Vygotsky com a teoria de desenvolvimento cognitivo, o socializar faz bem para a criança e suas ideias enfatizam o adulto como mediador para o processo de aprendizagem, não somente no âmbito escolar, mas no mundo no qual a criança está inserida.

De acordo com Daniel Goleman (1995), sua teoria ao se tratar do desenvolvimento emocional, afirma que temos dois tipos de inteligência distintas:

- Inteligência tradicional: Quociente de Inteligência (QI), é uma escala que avalia e compara habilidades racionais referentes às áreas do pensamento, como matemática básica, atenção e lógica.

- Inteligência Emocional; Quociente emocional (QE), é a capacidade de lidar com as próprias emoções, além de ser empático quanto às emoções dos outros.

O mesmo autor defende a escola e a sociedade como uma ajuda para as crianças, pois acreditava que a partir desse conjunto poderiam desenvolverem focos em diferentes esferas para viverem aptas no mundo, no qual também são inseridas. (DANIEL,GOLEMAN,1995).

A Educação Infantil é um tempo/espço no qual crianças pequenas despertam e desenvolvem processos criativos e imaginativos cujo procedimentos interativos precisam ser mediados por professores, com atividades intencionais para todo o grupo participante.

Ao estudarmos o tema Educação Infantil é fundamental nos apropriarmos sobre o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) -, tendo como finalidade o entendimento das normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Para garantia de execução de tal direito ao desenvolvimento dessas crianças temos os Centros Municipais de Educação Infantil- CEMEI, nos quais se inserem as estruturas relativas às creches e pré-escolas; sendo um direito essencial, tendo objetivo de intercalar as relações educativas travadas num espaço de convívio para receber crianças de zero até seis anos de idade. É a primeira etapa da educação básica e tornou-se obrigatória a partir das modificações da LDBEN (BRASIL, 1996) por meio da Lei nº 12.796/13. Ambas cartas organizam procedimentos educacionais; sendo assim, é essencial e, “[...]É dever dos pais ou responsáveis efetuar as matrículas das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade[...]” (BRASIL,1996, s/p).

Considerando o artº 31 da Lei nº 9.394/96, define a educação infantil a ser organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I - Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II - Carga horária mínima anual de 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III - Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7(sete) horas para a jornada integral;
- IV - Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a

frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

V - Expedição de documentos que permite atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. [...] (BRASIL, 1996, s/p).

Nesse sentido, as leis irão garantir o acesso a uma educação de qualidade, na qual a educação infantil é um direito para as crianças (BRASIL/1996).

Já, sobre a compreensão da importância sobre o acesso à educação desde a mais tenra idade para crianças com Síndrome de Down, como na Educação Infantil, pesquisadores discorrem sobre o processo de interação social dessas crianças em atividades extracurriculares. Tal experiência, quando ofertadas condições necessárias ao pleno desenvolvimento, promove a inclusão não somente na esfera física, como também na esfera social, possibilitando a participação ativa de crianças no processo de interação social visando uma prática inclusiva e transformadora no ambiente escolar. (LUCISANO: *et all*, 2013).

Para Anunciação, Costa e Denari (2015), os processos pedagógicos na Educação Infantil precisam identificar os níveis de desenvolvimento visando planejar e desenvolver atividades que integram diferentes níveis de necessidades e possibilidades de interação entre crianças e seus pares, e também crianças e seus educadores. As autoras ressaltam a importância da presença das atividades lúdicas e brincadeiras na educação infantil para favorecer na aprendizagem e satisfazer as necessidades no ambiente escolar e coletivo com as demais crianças, impondo atividades para desenvolver potenciais movimentos e incentivando as crianças a terem sua própria autonomia e independência.

Sobre essa perspectiva, de acordo com Brito, Lima e Silva, Cardoso, Beresford (2009) a realização de uma avaliação individual para traçar perfis de aprendizagem e intervenções pedagógicas é fundamental para planejar ações de acordo com as características que crianças podem apresentar.

Nessa leitura, entendemos que a participação e, sobretudo, a interação de crianças em atividades desenvolvidas no ambiente escolar, com a inclusão de crianças com Síndrome de Down, se faz primordial, pois nesse momento as crianças descobrem o mundo ao seu redor e começam a conhecer sensações e as pessoas; é fundamental a interação social mediada por professores, pois ajuda no desenvolvimento de inúmeras habilidades para essas crianças.

METODOLOGIA

Para continuidade desse estudo, ao optarmos por um processo de pesquisa de revisão bibliográfica, entendemos a importância de buscar autores que nos ajudassem a defender nossa proposta. André (2013) aponta em seus estudos que, antes de escolhermos uma metodologia de pesquisa – justamente, perante a nossa escolha pela metodologia qualitativa – precisamos nos responsabilizar como pesquisadores em estabelecer rigor no processo de pesquisa. Verificar todas as etapas percorridas para alcance de objetivos, conduzindo a busca por dados, análises desses dados e a devida explanação e publicização de nossas compreensões.

A mesma autora ainda explica que, durante a atividade de pesquisa devemos nos alicerçar em confiáveis referenciais teóricos, nos atentar à variedade de fontes, instrumentos e métodos de “coleta” de dados e informações. Através dessas particularidades contemplamos múltiplas dimensões dos fenômenos pesquisados, evitando assim interpretações superficiais ou unilaterais (ANDRE, 2013). Isso demonstra uma postura ética perante todas as escolhas para análises de discursos, de documentos, de observações, mesmo com fontes divergentes.

Com relação a escolha pela metodologia qualitativa, André e Gatti (2008) nos apontam que essa metodologia veio “[...] a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. [...]” (p. 4).

Em nosso nicho de trabalho (pesquisa educacional) buscamos compreender situações específicas, descrevê-las nas devidas especificidades, desvendar múltiplos sentidos e decidir por significações (ANDRÉ; GATTI, 2008).

Para o nosso posicionamento por uma pesquisa qualitativa na compreensão de processos escolares temos como centro os processos institucionais, produzindo cultura, socialização e sociabilidade; sobretudo aos sujeitos docentes que atuam na Educação Infantil, especificamente na Educação Especial.

Para a escolha por uma busca de informações entendida como levantamento bibliográfico, escolhemos como produtos a serem compreendidos artigos acadêmicos que versam sobre o processo de ensino de estudantes com Síndrome de Down na Educação Infantil.

A escolha pelo tema se deve a experiência de estágio remunerado, da pesquisadora, na qual foi vivenciada experiências como profissional de apoio de crianças com Síndrome

de Down na Educação Infantil durante os anos de 2022 e 2023; exercendo o cargo e auxiliando docentes regentes com as demais atividades pedagógicas.

Romanowski e Ens (2006), quando defendem a proposta de pesquisas de cunho bibliográfico, assimilam a perspectiva de que “[...] pode-se dizer que faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes.” (p. 38).

As autoras ainda acrescentam: “[...] A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. [...]” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38 e 39).

Para apresentação, com maiores detalhes, de como se procede a pesquisa de revisão bibliográfica, as autoras apontam como produtos para trabalho artigos, teses, dissertações como material de análise; revistas, sites, vídeos como locais de busca (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Também temos tópicos de como escolha ano de publicação, instituições pesquisadoras ou programas de pesquisa e localização geográfica das publicações.

Para além, estudos que primam pelo levantamento bibliográfico significam uma contribuição importante nos campos teóricos de diversas áreas de conhecimento; identificam aportes teóricos significativos e demonstram, por vezes, experiências inovadoras, contribuições acadêmicas às lacunas em devidas especificidades no processo de constituição das instituições de ensino (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014);

Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As **revisões de literatura** podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos. (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167, grifo das autoras).

Ainda, de acordo com as autoras:

As revisões são necessárias para pesquisadores iniciantes em uma determinada área do conhecimento. Esses estudos podem conter análises destinadas a comparar pesquisas sobre temas semelhantes ou relacionados; apontar a evolução das teorias, dos aportes teórico metodológicos e sua compreensão em diferentes contextos, indicar as tendências e procedimentos metodológicos

utilizadas na área, apontar tendências das abordagens das práticas educativas. (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 168).

Desta forma, temos a compreensão de que um processo de revisão bibliográfica nos oferecia trajetos de um breve panorama de como são produzidas e publicizadas pesquisas com práticas educacionais na Educação Infantil, em foco, relacionadas ao ensino de estudantes com Síndrome de Down,

Dessa forma, organizamos nossos procedimentos para coleta de dados: como local de busca, escolhemos o sítio eletrônico do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior, a modalidade de textos foram artigos científicos publicados em revistas, o intervalo de “idade” dos textos ficou como base entre os anos de 2009 a 2023 e a língua portuguesa como língua principal para a escrita dos textos, como palavras de buscas principais escolhemos os termos “Educação Infantil” e “Síndrome de Down”. A busca pelos textos foi realizada em dois momentos: durante o segundo semestre do ano de 2023 e o primeiro semestre de 2024. Foram localizados 65 artigos referente ao tema da pesquisa, reduzidos em 13 artigos, mas somente 3 artigos foram selecionados para as coletas de informações .

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES COLETADAS

Para esta produção textual selecionamos três artigos que, para além de atender nosso objetivo, coadunam entre si a inclusão educacional de crianças com Síndrome de Down no ensino comum desde a Educação Infantil; também, atestam a escola como local de produção de conhecimento científico. Outro ponto como definição foram as escolhas desses trabalhos com propostas em diferentes perspectivas profissionais; todas atravessadas pelo trabalho pedagógico desenvolvido em escolas públicas, sendo elas em diferentes áreas, como: Educação, Psicologia e Saúde.

Nosso primeiro texto é intitulado “**Interações sociais de crianças pré-escolares com Síndrome de Down durante atividades extracurriculares**” (LUCISANO; *et all*, 2013). Foi publicado pela Revista Brasileira de Enfermagem, produzido por pesquisadores de diferentes especialidades da medicina e teve como objetivo “[...] identificar o processo de interação social de crianças com Síndrome de Down (SD) durante atividades extracurriculares na rede regular de educação infantil do município de Ribeirão Preto. [...]” (p. 116).

O segundo artigo possui o título de “**Educação Infantil e práticas pedagógicas para um aluno com Síndrome de Down: o enfoque no desenvolvimento motor**” (ANUNCIAÇÃO; COSTA; DENARI, 2015). Foi publicado pela Revista Brasileira de Educação Especial, produzido por pesquisadoras das áreas da pedagogia e psicologia; apresentou os seguintes objetivos:

[...] identificar qual o nível de desenvolvimento motor de uma criança com Síndrome de Down (SD) no contexto educacional, intervir com estratégias de ensino necessárias para responder às necessidades de seu desenvolvimento e avaliar os avanços no seu desenvolvimento após a intervenção (p. 234).

A terceira e última produção selecionada é intitulada “**A participação de uma criança com Síndrome de Down em práticas pedagógicas na Educação Infantil**”. (OLIVEIRA; ARAUJO, 2019). Foi publicada na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, produzido por pesquisadoras da área da pedagogia e teve como objetivo “[...] analisar situações de mediação e práticas pedagógicas que interferiram de maneira positiva junto ao acesso curricular e à interação social de uma criança com Síndrome de Down” (p. 872 e 873).

Desde já identificamos nos textos acima descritos a validação da organização pedagógica em diferentes vias de aprendizagem infantil quando entendemos a prática educacional desencadeando a progressão intelectual, social e psicomotor de crianças – nas suas respectivas necessidades – nas mais diferentes interações, mediadas por profissionais da educação, em especial o professor regente.

Para adiante, pensamos cinco possibilidades de interlocução e partindo das leituras dos textos, verificarmos a instituição escola como local de produção e validação de conhecimento científico para estudos com crianças com Síndrome de Down em produções acadêmicas de diferentes eixos profissionais. São elas: 1. Processo de escolha dos participantes e locais das pesquisas; 2. Escolha de instrumentos para coleta de informações e dados específicos; 3. Participação das crianças nas atividades pedagógicas; 4. Planejamento de ensino e processo de aplicação de atividades; 5. Apontamentos sobre interações e participações infantis nas atividades aplicadas nos espaços escolares. Esses eixos foram pensados após a leitura dos três textos, observando as particularidades semelhantes entre eles, apesar de terem perspectivas profissionais diferenciadas. Desta forma, seguiremos às análises. A ordem de apresentação dos textos seguirá a cronologia crescente da data de publicação dos artigos.

Para o primeiro eixo de análise, **processo de escolha dos participantes**, Lucisano; *et all* (2013) trazem para sua pesquisa seis crianças (duas meninas e quatro meninos) da faixa etária de três a seis anos de idade, com diagnóstico de Síndrome de Down, matriculadas numa Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), na cidade de Ribeirão Preto, egressas do Programa de Estimulação Precoce da APAE do mesmo município. Na pesquisa de Anunciação, Costa e Denari (2015) o participante foi um menino com Síndrome de Down, de três anos de idade matriculado em uma escola de educação infantil de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. Já Oliveira e Araujo (2019) apontam para a participação de uma menina com quatro anos de idade matriculada numa Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da rede municipal de ensino de uma cidade do interior do estado de São Paulo.

O principal ponto nessa perspectiva de escolha de participantes é observarmos que à data das respectivas pesquisas temos a correlação coerente do binômio idade/série – como defende legislação que organiza nos sistemas de ensino –, atestando a iniciativa da matrícula de crianças com necessidades específicas e contemplando a possibilidade da estimulação precoce realizada dentro das particularidades que o nível de Educação Infantil impele aos seus estudantes. Verificando também a perspectiva de trabalho multiprofissional apresentado por Anunciação, Costa e Denari (2015).

Com relação à **escolha de instrumentos para coleta de informações e dados específicos**, toda a coleta de informações foi buscada no espaço escolar. Lucisano; *et all* (2013) realizaram registros com câmera filmadora digital – duas sessões de quinze minutos para cada criança participante. Com Anunciação, Costa e Denari (2015) a coleta de informações foi realizada através de aplicação de questionários padronizados – Inventário Portage Operacional – em três etapas distintas com as crianças sujeitos da pesquisa e observação de atividades em interação da turma participante. Oliveira e Araujo (2019), realizaram filmagens em dias com planejamentos específicos que contemplassem os objetivos da pesquisa, e análise das transcrições a partir dos preceitos de “análise de conteúdo” – preceitos projetados em sua referência bibliográfica pela professora/pesquisadora francesa Laurence Bardin.

Esse ponto da nossa coleta já nos possibilita contemplar parte do objetivo da nossa pesquisa. Para além, da escola ser um espaço de produção de conhecimento científico, através da presença *in loco* realizada nas pesquisas, observamos três possibilidades de coleta e interpretação de informações com características similares, mas que contemplam finalidades específicas de atuações profissionais diferenciadas.

Com relação a descrição e análise da **participação das crianças nas atividades pedagógicas**, Lucisano; *et all* (2013) participa às atividades entre interação entre as crianças em suas diferentes características, manipulação de objetos e brinquedos disponibilizados pela professora regente, interação com a professora, pouca frequência de comportamento de isolamento, indicando que as crianças com Síndrome de Down apresentaram potencial para interagir com seus pares, quando se tem oportunidades, tendo em vista que durante as atividades houve inclusão escolar de crianças com necessidades específicas com a intenção de evitar isolamento social dessas crianças. Houve uma frequência mais significativa em relação aos comportamentos imitar outra(s) criança(s) e imitar a educadora. Em todos os momentos em que as crianças puderam desenvolver suas habilidades sociais, a Educadora esteve presente oportunizando interação entre os componentes da turma.

Já Anunciação, Costa e Denari (2015) apresentam intervenções ocorridas em brincadeiras geradoras de potencialidades nas quais a criança desenvolve aspectos intelectuais e psicomotores. Essas intervenções aconteceram de forma lúdica, com a utilização da bola no coletivo e em pares de crianças para aprimorarem a capacidade de atirarem e arremessarem bolas. Ainda para contemplar a interação na turma foi organizada uma atividade de andar em pares e trios para acompanhar o ritmo da criança com síndrome de down, assim como os demais alunos da turma.

Durante a observação de atividades específicas, Oliveira e Araujo (2019) descrevem uma brincadeira com peças geométricas; observa-se que a professora convida a criança, sugerindo a montagem de um palhaço. A professora explica quais ações podem ser realizadas, resgatando com a criança o que foi produzido, instigando-a para buscar novas possibilidades – por exemplo, substituindo um triângulo por um quadrado para que o “braço” do palhaço ficasse melhor.

As autoras, nesses artigos, observam e percebem a participação das crianças nas atividades semeando a importância da educação infantil no processo de desenvolvimento de aprendizagem, principalmente no âmbito escolar das crianças com necessidades específicas, no caso citado nos três artigos referenciais a(s) criança(s) com síndrome de down. A educação infantil é o primeiro contato que as crianças têm com o âmbito escolar e mundo posterior ao familiar e deve ser um marco importante para as mesmas, sem exceções.

Com relação ao item **Planejamento de ensino e processo de aplicação de atividades**, primeiramente, apontamos o estudo de Lucisano; *et all* (2013) que não dá um

maior destaque ao planejamento docente para a pesquisa, visto que a maior orientação no espaço foi do grupo de pesquisadores para verificar um ambiente ideal para interação e desenvolvimento de habilidades específicas de crianças com Síndrome de Down com demais crianças dentro de um espaço de ensino.

Em Anunciação, Costa e Denari (2015), as autoras, mesmo utilizando questionários padronizados como um dos instrumentos de coleta de informações, apontam elementos que entendemos como uma programação prévia – como objetivos, materiais, continuidade de conteúdo com programação antecipada através de interesses das crianças – dos profissionais que atuam em sala de aula, com interpretamos nos trechos: “[...] As atividades propostas visaram oportunizar ao aluno momentos em que ele pudesse desenvolver seu potencial do movimento para adquirir autonomia e independência nas atividades escolares. [...]” (p. 238); e também “A intervenção nesse momento valorizou o interesse prévio do aluno por ser um ambiente de atividades livres para as crianças, entretanto sempre com orientação da professora.” (p. 240).

Da mesma forma, as autoras também ressaltam referências aos parâmetros legislativos no trabalho de organização docente encontrado no espaço de pesquisa:

A intervenção direta em encaixar as partes dos brinquedos e desencaixar, montar formas e desmontar formas foi intensamente trabalhada contemplando as áreas de matemática e movimento do RCNEI (BRASIL,1998). Atividades como construir torres com os blocos foram trabalhadas no coletivo e individualmente. Por exemplo, construção de torres com auxílio de todos os alunos da turma e torres construídas individualmente. A intervenção com o aluno SD [*síndrome de down*] necessitou de atenção direta, entretanto ele desenvolvia a atividade através do modelo apresentado. Imitar significar aprender com o outro sendo esse aspecto importante para desenvolver o processo de diferenciação entre o eu e o outro (BRASIL, 1998). (ANUNCIAÇÃO, COSTA E DENARI, 2015, p. 240).

Já Oliveira e Araujo (2019), fundamentaram sua coleta de informações através do acompanhamento de atividades programadas pela docente da turma participante da pesquisa. As autoras organizaram um programa de acompanhamento de atividades, extraindo e analisando algumas atividades aplicadas em sala de aula;

[...] levando em consideração o planejamento semanal da professora, para que fossem contempladas diferentes atividades desse planejamento, tais como: lenda folclóricas, brincadeiras livres, jogos, atividades livres com matérias distintos, contação de histórias, pintura em azulejos com guache e outras brincadeiras fora da sala de aula. (p. 874).

Nas palavras das autoras, foram “[...] situações nas quais foi possível observar exemplos de mediações pedagógicas de um planejamento de atividades com organização do espaço, do tempo, de materiais e, fundamentalmente, com estratégias que contemplavam o uso da comunicação e, conseqüentemente da interação. [...]” (p. 874).

O trabalho segue ressaltando a forma como a professora organizou o ambiente para a execução das atividades.

Essa organização é um aspecto fundamental para práticas pedagógicas nos ambientes da Educação Infantil, já que cada atividade requer um planejamento e ações intencionais do professor que estabeleçam formas adequadas de lidar com o espaço e o tempo, de tal modo que permita que as crianças explorem esses ambientes por um tempo adequado Um planejamento e ações intencionais do professor que estabeleçam formas adequadas de lidar com o espaço e o tempo, de tal modo que permita que as crianças explorem esses ambientes por um tempo adequado. (p. 875).

As autoras ainda ressaltam a importância da profissional pensar sistematicamente sua prática de forma a contemplar os objetivos do planejamento, pois a disposição dos materiais por si só, sem a mediação pedagógica não garante a apropriação do conhecimento e do desenvolvimento infantil quaisquer que sejam os públicos.

Ao se tratar da organização pedagógica, as pesquisas identificam o quanto necessário é planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito escolar, entendendo que sempre é essencial partir da realidade e condições das vivências das crianças, com a intencionalidade de aprimorar as condições de ensino e aprendizagem.

Também interpretamos que o planejamento é uma tarefa que tem como finalidade o cuidado, o educar, a atenção e, portanto é um momento que deve ter possibilidade para que as crianças encontrem soluções para obter avanço no seu desenvolvimento. Planejar pelo tempo e condição, conforme necessidades e características das crianças e das turmas, selecionar as atividades adequadas priorizando recursos didáticos, elaborar estratégias para analisar e/ou avaliar o processo de aprendizagem; se atentando às referências e definições de competências e habilidades que as crianças irão desenvolver no decorrer da prática, conforme indica a Base Nacional Comum (BRASIL, 2017).

Nosso último item, **apontamentos sobre interações e participações infantis nas atividades aplicadas nos espaços escolares**, atesta para expansão de sentido e significado da nossa pesquisa para a integridade do trabalho pedagógico no ensino comum. Lucisano; *et all* (2013) apontam após acompanhamento de atividades diversas que o processo de desenvolvimento de crianças com síndrome de down é bastante próxima aos seus pares,

“[...] diferindo apenas no ritmo e na forma de como as crianças com SD [*síndrome de down*] buscam e sustentam esta relação. [...]” (p. 121); o grupo ainda salienta a necessidade de mudanças no ensino regular favorecendo no convívio entre educadores e pares, assim facilitando a aquisição de habilidades sociais necessárias para a vida em sociedade:

Assim, é importante que ocorram mudanças práticas na educação, no intuito de buscar a inclusão real desses alunos no ambiente de ensino regular, transformando em ações que sejam benéficas para o amadurecimento e desenvolvimento não só desses alunos, mas também daquelas crianças com desenvolvimento típico (p. 122).

Na pesquisa de Anunciação, Costa e Denari (2015) é atestada a importância do caráter lúdico na mediação do ensino na Educação Infantil, sobretudo como um elemento no processo de escolarização e de inclusão na ação intencional do professor para trabalhar situações de aprendizagem significativas para o desenvolvimento infantil. O trabalho também ressalta avanços no desenvolvimento global das crianças: “[...] O presente estudo colabora para o avanço de pesquisas na área ao colocar a Educação Infantil como ambiente que favorece ensino e estimulação de alunos com SD sem que ele seja privado do processo de escolarização” (241).

As autoras ainda ressaltam as particularidades da essência do trabalho nesse nível de ensino:

A Educação Infantil e suas características lúdicas é uma etapa da escolarização importante para o desenvolvimento não só do aluno com deficiências, mas de todos os alunos sem distinções. É através das brincadeiras que as crianças se reconhecem como parte integrante de grupos, testam suas ações e representam o mundo a sua volta. Com isso, toda pedagogia deve estar centrada na criança valorizando suas potencialidades. (p. 240).

Por último, Oliveira e Araujo (2019), presenciam e verificam como, dentro de seu planejamento de ensino, professoras organizam suas atividades, e como estas rotinas podem ser decisivas ao incentivar relações positivas entre crianças e ambiente escolar, conduzindo a expressão artística, manipulação de objetos, elaboração de desenhos, dramatizações entre outras atividades executadas na Educação Infantil:

[...] foi possível observar situações de rotina com ações simples que favoreciam uma interação com qualidade, por exemplo, quando eram utilizadas as seguintes estratégias pedagógicas: posicionar a criança próxima à professora; chamar a atenção da criança no momento de uma explicação; oferecer

instruções orais coletivas e individuais; compartilhar a atividade com a criança; sentar-se perto da criança; posicionar ou organizar os materiais ao alcance de todas as crianças; inserir a criança em grupos de brincadeiras; brincar com as crianças; agrupar as carteiras de uma maneira que facilitasse a comunicação entre as crianças; solicitar a cooperação de outras crianças para prestar apoios, durante todos os momentos (p. 879 e 880).

Através de um planejamento estruturado e adequado às necessidades das crianças, a professora acompanha seus processos de aprendizagem, onde consegue identificar as dificuldades e também se atenta para fazer adaptações, caso alguma criança apresentar dificuldades. No planejamento também é inserido um cronograma semanal onde ressalta as atividades que devem ser realizadas a cada dia da semana.

Desse modo, através das leituras, os artigos refletem como são propostas atividades para as crianças com síndrome de down, junto com as demais crianças/turmas que participam coletivamente. Tendo em vista que todas as crianças terão mediação e apoio adequado, tanto da parte das professoras como das próprias crianças.

Durante essas atividades, a interação com o outro e as atividades de brincadeiras se fazem presentes para a construção de aprendizagem no âmbito escolar, também verifica-se a importância do trabalho das professoras ao elaborarem propostas de atividades e intervenções para que haja a participação de todas as crianças. Como conclusão, as pesquisas atestam as evidências da participação efetiva das crianças nas Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, em atividades de ensino de aprendizagem e ampliando o seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, sociais, como um todo.

APONTAMENTOS FINAIS

Nosso texto se propôs apresentar artigos de diferentes nichos profissionais que buscam como profissionais da educação desenvolvem atividades de aprendizagem e interação social com crianças com síndrome de down inseridas no ambiente escolar durante a Educação Infantil. Em nossa pesquisa, buscamos analisar os textos com autores que conversam sobre a escola como um local de produção acadêmica.

Os textos analisados, atestam como a escola comum pode proporcionar uma aprendizagem para além do ambiente escolar, trabalhando a inclusão nas instituições de Educação Infantil verificando particularidades dos planejamentos ao desenvolvimento de trabalho docente com as crianças.

Após analisarmos os textos propostos podemos perceber o quão é necessário e importante a matrícula e a frequência na Educação Infantil durante a infância, enfatizando a importância da Educação Especial ao inserir uma criança com síndrome de down, como apresentado nas possibilidades de interlocução das pesquisas relacionadas.

O presente estudo contribui para pensarmos em uma Educação Infantil Inclusiva, voltada para aprendizagem na qual a criança com deficiência tenha seus direitos garantidos ao frequentar o ambiente escolar, um planejamento adaptado conforme as suas necessidades com o intuito de obter avanços em seus aprendizados futuros, levando em consideração as bases apresentadas nas legislações vigentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. In: **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. v. 22, n.40, Salvador: jul/dez, 2013. p. 95-103. Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a09.pdf> >. Acesso: 08 de mai 2024.
- ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadette A. Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução. **Simpósio Brasileiro- Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados**, Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj1rvuuNLyAhXCGbkGHQfKASEQFnoECAIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.uffs.edu.br%2Fpastas-ocultas%2Fbd%2Fpro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao%2Frepositorio-de-arquivos%2Farquivos-do-programa-de-formacao%2Fmodulo-vii-pesquisa-qualitativa-parte-ii%2F%40%40download%2Ffile&usg=AOvVaw1No685Nu_9icHC8FPaNgzI>. Acesso em 08 de mai 2024.
- ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme; COSTA, Maria Piedade Resende; DENARI, Fátima Elisabeth. Educação Infantil e Práticas Para Um Aluno Com Síndrome de Down: O Enfoque No Desenvolvimento Motor. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.21, n. 2, Marília: abr/jun, 2015. p.229-244. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/JkgBMGTTg5kmw65ccmKtTVG/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 28 de ago 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação é a base. Brasília: 2017. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em 09 de set 2024.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2010. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em 09 de set 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso: 09 de set 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0869.htm#art266>. Acesso em: 09 de set 2024.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, MEC, SEB, 2006.

Acesso: 09 de set 2024.

BRITO, Ariella; LIMA e SILVA, Iris; CARDOSO, Fabrício; BERESFORD, Heron.

Avaliação do perfil cinestésico-corporal de crianças com Síndrome de Down: um parâmetro para se atender à proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. In: **Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v.17, n.63, Rio de Janeiro: abr-jun. 2009. p.341-354. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GqQ8NHdXY3hHFpjqmYYzwGD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09 de set 2024.

COSTA, Jossivania da Silva. Interações e Brincadeiras na Educação Infantil. **Revista Eventos Pedagógicos**. v. 9, n.1, jan./jul.2018. p.217-231. Disponível em:

<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>.

Acesso em: 01 de set de 2024.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

Acesso em: 01 de set 2024.

GABRIEL, Patrícia. A importância do Brincar no Desenvolvimento Infantil: de 2 a 6 anos. In: **Revista Educação em Foco**. n. 15. 2023. Disponível em: <

<https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2023/07/a-importancia-do-brincar-no-desenvolvimento-infantil-de-2-a-6-anos.pdf> >.

Acesso em: 01 de set de 2024.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

LUCISANO, Renata Valdívila; *et all*. Interações sociais de crianças pré-escolares com Síndrome de Down durante atividades extracurriculares. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 66, n. 1, Brasília: jan/fev, 2013. p. 116-22. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/reben/a/p5ySQtnVMhMt5kGqZbPyryf/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 22 de ago 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro; ARAUJO, Mariane Andreuzzi. A participação de uma criança com Síndrome de Down em práticas pedagógicas na Educação Infantil. In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 869-882, abr., 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12212/8062>>. Acesso: 28 de ago de 2024.

PIAGET, Jean. O nascimento de inteligência na criança. 4ª e. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do

tipo” estado da arte” em educação. In: **Revista Dialogo Educacional**, v. 6, n. 19, Curitiba: set/dez, 2006. p.37-50. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>>. Acesso em: 08 de mai 2024.